

AO DOMINGO

O Governo faz bem em reduzir
o financiamento aos colégios privados?

**Clara
Almeida Santos**
Vice-reitora
da Universidade
de Coimbra

Depois de ouvir atentamente as posições dos dois lados, de muitas conversas e da leitura de análises e comentários, deixo as certezas de uma opinião em construção.

O Estado deve investir na qualidade da escola pública. Não podemos pagar estruturas duplicadas, públicas ou privadas. Quando o Estado financia, independentemente da propriedade dos meios, as regras do jogo devem ser as mesmas para públicos e privados. O critério geográfico da freguesia de residência já provou ser um mau critério, mesmo sem falcaturas na moradas. As vidas das pessoas são demasiado complexas para encaixar nessa normatividade. Está errado o estereótipo segundo o qual as escolas privadas são só escolas de meninos ricos. Os privados foram, noutras estações, chamados a resolver uma necessidade que neste momento já não existe. A reversão da situação devido à mudança da realidade não pode ser feita de forma brusca e unilateral. ●●



**Fernando
Gomes**
Economista

Ao Governo cabe, como primeira prioridade, defender a escola pública. Uma escola pública que na qualidade do corpo docente, na qualidade das instalações e na qualidade do ensino em geral, seja a opção natural das famílias e já não apenas a solução de recurso para os economicamente mais débeis. Sendo solução de recurso, rapidamente passará a ser a escola dos mais frágeis, já não só economicamente mas também socialmente, passando a ser a escola dos menos preparados para absorver conhecimento. E, a partir daqui, a escola pública passará a ser a escola dos excluídos. Faz bem, o Governo, em querer clarificar o financiamento do ensino privado. Mas não deve nunca esquecer-se que o Estado é pessoa de bem. Respeitar as regras definidas por um Governo legítimo é o que se exige. ●●



**Sebastião Fayo
de Azevedo**
Reitor
da Universidade
do Porto

Não, na forma que transparece das notícias que têm sido publicadas. O Governo entende (e eu concordo!) que a obrigação do Estado de assegurar uma rede de educação de qualidade em todo o território passa prioritariamente pelo financiamento do sistema público. É natural que desenvolva políticas nesse sentido. Mas, em democracia, as políticas públicas devem pautar-se por princípios de estabilidade, previsibilidade e confiança. Contratos e acordos assumidos por governos legítimos devem ser respeitados. É grave desrespeitar expectativas legítimas. Acrescente-se que é como princípio muito negativo alterar políticas com o ano a decorrer. É o que parece estar a acontecer com a política de educação, com a agravante de estar associada de forma clara a sombras políticas sindicais que no meu entendimento não colhem parecer público favorável. Outra coisa são os postos de trabalho que, com a evolução demográfica negativa que persiste, vão inexoravelmente diminuir no conjunto público-privado. ●●